

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Notas](#) 6

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Nota.....	2
Título: Notas	2
Título: Uma Chernobyl não radioativa feita de lama	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Notas	6
Título: Bandeira vermelha 2 pode ficar até o fim do ano	6
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Quatro petroleiras globais entram no pré-sal brasileiro	8
Título: Ágios elevados podem indicar alta lucratividade da região	10

Título: Fornecedores ainda preveem menos encomendas em 2018.....	12
Título: Usiminas segue em recuperação no 3º trimestre, mas ações caem	13
Título: Investidores miram usina São Fernando.....	15

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / coluna

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

De olho no futuro

Décio Oddone, diretor-geral da ANP, acha equivocada a leitura feita por algumas pessoas sobre as rodadas do pré-sal, sexta, ressaltando que a arrecadação (R\$ 6,15 bilhões) ficou aquém do previsto (R\$ 7,75 bilhões): — Nesse modelo de partilha, o resultado tem que ser medido pelo percentual de óleo, depois de deduzir os custos de produção, que a vencedora se compromete a entregar ao Estado. Este percentual foi superior a 50%. Um sucesso.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / coluna

Autor: George Vidor

Título: Notas

Só falta um empurrão

Juros em queda, inflação baixa, contas externas ajustadas, mas a economia ainda precisa de uma empurrada para crescer

Taxas básicas de juros em 7,5% ao ano, inflação rodando em torno de 3%, saldo nas transações envolvendo mercadorias e serviços com o exterior. O que falta a esse quadro é o país crescer a um ritmo anual que fique pelo menos entre 2% e 3%, para garantir a geração de melhores empregos, maiores salários, lucros e arrecadação de impostos. Não é tão difícil assim, se o Brasil conseguir destravar

investimentos. Os leilões na área de petróleo mostraram que há oportunidades. No ano que vem, o Comperj, em Itaboraí, estará novamente em obras, para se concluir a unidade que receberá o gás natural extraído dos poços altamente produtivos do pré-sal na Bacia de Santos. Para serem destravados, alguns investimentos em infraestrutura precisam de empurrão do poder público, especialmente no caso de rodovias e ferrovias. Então o país tem condições de crescer a um ritmo razoável, ainda que o cenário político permaneça conturbado.

O importante é se fortalecer os mecanismos de defesa da democracia, punindo severamente os políticos que insistem em trilhar o caminho da corrupção e da desventura. Só assim estaremos protegidos dos doidos varridos, dos líderes messiânicos, dos salvadores da pátria. E a eleição, seja de quem for, pode vir até a causar enormes frustrações, porém sem deixar o país em pânico diante de atitudes tresloucadas que o governante cogitaria, já que barreiras institucionais podem impedi-lo disso. Tudo que aconteceu nos últimos anos está fazendo o Brasil se vacinar contra os infortúnios da política, acumulando pouco a pouco anticorpos contra desvarios. A Lava-Jato pôs na cadeia quem não se imaginava. Políticos, empresários, executivos, funcionários públicos. Outros deverão passar também por essa experiência nada agradável, e já deveriam estar preparando uma malinha com sabonete, escova e pasta de dentes. Dessa lista possivelmente não escaparão ex-presidentes (incluindo o atual, que entrará na alça de mira a partir de janeiro de 2019, quando perderá o foro privilegiado).

A recuperação da economia será tanto mais rápida à medida que o Congresso desatar o principal nó das contas públicas, que é o forte desequilíbrio da Previdência. O debate sobre se há déficit ou não na Previdência se tornou bizantino, não leva a nada. Tem um rombo gigantesco que o Tesouro todo mês é obrigado a tapar. Sem se resolver essa questão, as contas públicas continuarão estruturalmente desequilibradas, a reforma tributária que o país necessita permanecerá congelada, e os tesouros ficarão incapazes de custear o mínimo do mínimo para os serviços públicos funcionarem. Então, a reforma não é uma questão política, é uma questão nacional, que transcende este ou qualquer outro governo.

Atômicos

A coluna passada mencionou a energia nuclear como uma das opções atuais da economia russa. A Rússia hoje já lidera as inovações e as pesquisas nessa área, desde que os Estados Unidos e a Alemanha resolveram dar passos atrás (mesmo a França não tem ido muito adiante nesse campo). Os russos estão trabalhando nos reatores rápidos de quarta geração — refrigerados com sódio ou chumbo em estado líquido — e pretendem ter usinas flutuantes, baseando-se nos navios quebra-gelo nucleares que navegam no Mar Branco. Estão desenvolvendo

também uma tecnologia de enriquecimento de urânio com centrífugas mais baratas, com apenas meio metro de altura. Por meio da Rosatom, os russos são os que mais constroem hoje usinas nucleares no exterior.

E têm feito acordos para utilização da tecnologia nuclear em centros de saúde e de ensino, sem fazer alarde. Um deles fica na Bolívia, a 4 mil metros de altitude. Informações devidamente checadas por Olga Simbalista, presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben). É curioso como os russos conseguiram dar a volta por cima. Ficaram desacreditados, no fim da União Soviética, devido ao acidente de Chernobyl, o mais grave da História. Nos congressos, seminários e reuniões internacionais, os russos não eram levados a sério. Felizmente, deixaram de se concentrar na pesquisa para armamentos atômicos e resolveram se dedicar ao uso pacífico da energia nuclear (os norte-coreanos deveriam ter seguido esse exemplo, em vez de submeter seu povo a sacrifícios para fabricarem bombas que só acentuam o isolamento crescente do país).

Agora, passados cem anos da revolução bolchevique, não haverá desfiles militares, com mísseis balísticos de longo alcance, na Praça Vermelha. Por lá devem circular apenas figuras fantasiadas de Lênin, cobrando alguns trocados para tirar fotografias ao lado de turistas bobos. Não a propósito, no meu blog, no site do Globo, sugiro uma pequena lista de restaurantes para quem for visitar Moscou: <http://blogs.oglobo.globo.com/george-vidor/post/meus-restaurantes-preferidos-emmoscou.html>

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Lucia Azevedo

Título: Uma Chernobyl não radioativa feita de lama

Bento Rodrigues, hoje uma área hostil para o homem, é habitada por plantas e animais

BENTO RODRIGUES (MG) - Um cardume de lambaris beliscava folhas junto a um muro de pedras histórico antes de desaparecer pela Rua São Bento, no caminho da Estrada Real. Mergulhou rumo a águas mais profundas, que cobrem escombros de casas soterradas e um campo de lama. Lambaris, carás e traíras estão entre os peixes que agora vivem nas ruas de Bento Rodrigues, alagadas por um dique de contenção de rejeito. Ali, no povoado fundado no século XVIII que se tornou símbolo do maior desastre ambiental da história do Brasil, a natureza leva ao limite a resiliência e a capacidade de sobreviver no caos. Quase dois anos depois da tragédia do rompimento da Barragem de Fundão, em 5 de

novembro de 2015, Bento Rodrigues se tornou de fato uma Chernobyl não radioativa, feita de lama.

Um território hostil para o ser humano, em que plantas e animais conquistam um pouco mais a cada dia. Os peixes vieram por conta própria, através de pequenos córregos da Serra de Antônio Pereira. Nas ruínas de Bento que não estão submersas, plantas disputam espaço sobre qualquer pedaço de solo, até nas paredes ainda em pé no meio dos destroços. Algumas delas vieram pela mão do homem, plantadas pela Samarco para conter o rejeito. Outras são ervas daninhas invasoras, cujas sementes chegam pelo vento, na roupa de eventuais visitantes, com os animais. Plantas medicinais e comestíveis, outrora cultivadas em Bento, conseguiram se desenvolver de sementes que sobreviveram à onda de lama.

Mas junto de onde ainda há floresta nas encostas, crescem algumas espécies nativas de Mata Atlântica, como embaúbas, candeias e goiabeiras, as mais preciosas de todas. Pois um dia, se tiverem sucesso, poderão devolver o lugar à Mata Atlântica, devastada na região desde o tempo dos Bandeirantes e do início da mineração, no fim do século XVII. É o que esperam biólogos como Maria Cristina Messias, do Departamento de Biodiversidade, Evolução e Meio Ambiente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). — Bento se tornou um campo de testes da própria natureza. Mas não é um lugar para o homem. Tenho esperança que um dia, no meio de tanta tragédia causada pelo ser humano, aqui possa haver vida mais uma vez. Sou otimista com a força da natureza — frisa a pesquisadora.

Na frente das paredes ainda em pé da escola municipal de Bento crescem numa moita erva-botão e barbasco, ambas medicinais. Dividem o espaço com uma mudinha de caruru-de-porco, comestível. Duas casas em ruínas adiante, Maria Cristina encontra um pé de marianinha e outros de roxinha e gervão, todos com poderes curativos. De dia, Bento é das aves como maritacas, juritis, sabiás, canários-da-terra, carcarás e onipresentes urubus, que pousam na vegetação permanentemente empoeirada pela lama seca. À noite, chegam animais maiores. Lobos-guarás e veados-campeiros têm sido avistados pelos ex-moradores de Bento que nos fins de semana passam a noite nas ruínas das casas da parte alta do povoado.

A antiga Bento termina onde começa o dique S4, construído pela Samarco. O S4 impede que a lama acumulada em Bento e as águas com rejeito de mineração do Córrego Santarém alcancem o Gualaxo do Norte, por onde a onda do desastre seguiu até alcançar o Doce. O preço foi o alagamento de parte das ruínas do subdistrito de Mariana, o que até hoje causa protestos dos antigos moradores que gostariam de ver tudo transformado num memorial. Enquanto a situação legal das ruínas permanece em aberto, a natureza faz a sua parte.

Nas redondezas e por todo o curso do Gualaxo e do Carmo, fiscais do Ibama constataram que em 86,1% das áreas afetadas, onde a mata ciliar foi arrancada, há recolonização por espécies vegetais nativas. Segundo o mais recente relatório da Operação Águias, que avalia a área impactada, é um sinal da influência da natureza. Ele recomenda que essas espécies sejam estudadas e priorizadas na recuperação. Mas o caminho é longo. O tempo da natureza não é o tempo dos homens. — O desastre é rápido. A recuperação, lenta. Quando pensamos na recuperação da vegetação, de todos os cursos d'água, nascentes, pode levar 20 anos ou mais — ressalta Kuriakin Toscan, da Coordenação de Recuperação do Ibama, que monitora a área mais atingida pelo desastre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Camila Turtelli / Clarice Couto / Gustavo Porto

Título: Notas

» Luz no fim do túnel.

Em época de crise energética e de bandeira vermelha na conta de luz, o setor sucroenergético, grande produtor do insumo em térmicas à base de bagaço de cana-de-açúcar, é sempre lembrado. Integrante do **Ministério das Minas e Energia** nota, por exemplo, que usinas de cana de São Paulo poderiam usar gás natural e ampliar a produção de energia, restrita hoje aos cinco ou seis meses da safra.

» Freio gasto.

A tarifa de até 20% imposta em agosto sobre o etanol importado não conseguiu frear a entrada do biocombustível no Brasil, proveniente sobretudo dos Estados Unidos. Em setembro as compras subiram 103% ante igual período de 2016, para US\$ 56,7 milhões. Nos nove primeiros meses do ano, as aquisições externas dispararam 256% ante igual intervalo de 2016, para US\$ 793,8 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Thaís Barcellos

Título: Bandeira vermelha 2 pode ficar até o fim do ano

Para analistas, situação dos reservatórios é crítica; quadro pode melhorar só em 2018.

A bandeira vermelha 2 deve vigorar até o fim deste ano, diante da situação hídrica desfavorável pela qual passa o País, de acordo com analistas ouvidos pelo 'Estadão/ Broadcast'. A expectativa é que esse quadro melhore um pouco até o início de 2018, mas talvez não o suficiente para alterar o patamar de 2 para vermelha 1.

Mesmo assim, os especialistas afirmam que boa parte da pressão inflacionária por conta da alteração para a bandeira vermelha 2 deve ficar concentrada em 2017, já que o impacto só é percebido quando se muda a cor. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu na sexta-feira passada manter o segundo nível da bandeira vermelha nas contas de luz em novembro.

Com isso, os consumidores terão taxa extra de R\$ 5,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Até outubro, a bandeira vermelha 2 adicionava R\$ 3,50 a cada 100 kWh, mas a Aneel revisou os valores e a metodologia do sistema. A partir de agora, além do preço da energia no mercado à vista, o sistema passa a considerar também o nível dos reservatórios das usinas, que estão em patamar crítico pelo prolongamento da estiagem no País.

O impacto esperado pelos economistas do aumento do custo da bandeira vermelha 2 no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de novembro é de até 0,12 ponto percentual. Caso ocorra a mudança de bandeira 2 para a bandeira 1 no início do ano que vem, o alívio no IPCA deve ser de até 0,13 ponto percentual, já que o patamar 1 adiciona R\$ 3,00 a cada 100 kWh usados. Por enquanto, as expectativas dos analistas consultados estão pouco acima de 3% para a inflação de 2017 e de até 4% para 2018.

Adaptação.

Os analistas afirmam que ainda terão de se adaptar à nova metodologia da Aneel para modificar as estimativas em relação a bandeira tarifária. Contudo, afirmam que a mudança anunciada pela agência evita sinais contraditórios em relação a eventuais modificações nas bandeiras. Na estimativa de Tiago Souza, analista do Banco BBM, a bandeira vermelha 2 deve continuar até o fim deste ano, mas depois deve cair para nível 1.

“Esperamos que o regime de chuvas ajude”. Porém, pondera que é preciso aguardar para saber de fato como se dará a mudança feita pela Aneel, que agora levará também em consideração o nível dos reservatórios. Com a adoção da bandeira vermelha 2 em novembro, o Banco BBM estima inflação em torno de 0,50% no mês. A expectativa da instituição é que o IPCA encerre este ano em 3,10% e vá a 3,90% em 2018.

Já o economista Fábio Romão, da LCA Consultores, está um pouco mais pessimista, porque acredita na manutenção da bandeira vermelha 2 até fevereiro do ano que vem, imaginando que o governo deverá ser prudente. Segundo ele, a mudança para o patamar 1 viria somente em março. “Mesmo com esse sobrepreço, a arrecadação ainda não está acontecendo.

Pode ser que nem tão cedo saia desse patamar. Os reservatórios estão em nível baixo, e isso sinaliza manutenção da vermelha 2”. Romão ressalta que uma eventual alteração de bandeira vermelha 2 para 1 em 2018 traria impacto negativo no IPCA de cerca de 0,10 ponto porcentual. Por ora, o economista estima que a inflação poderá fechar o próximo ano em 4,30%, ante projeção de 3,30% para 2017.

Na mesma direção, o economista- chefe do Banco ABC Brasil, Luis Otávio Souza Leal, prevê que a bandeira vermelha vai vigorar até o fim do primeiro trimestre do ano que vem. “O máximo que pode acontecer no início de 2018 é retornar à vermelha 1”, sustenta ele, que elevou a projeção de IPCA do ano de 3,2% para 3,3% depois da mudança metodológica da Aneel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Cláudia Schüffner e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Quatro petroleiras globais entram no pré-sal brasileiro

As rodadas de partilha marcaram, na última sexta-feira, a entrada de quatro petroleiras globais no pré-sal brasileiro - Exxon, BP, Qatar Petroleum e CNODC - e a presença de 12 companhias diferentes na competição que rendeu R\$ 6,15 bilhões ao governo. A diversificação de empresas, contudo, não se traduziu em estreias na operação e todas as áreas arrematadas ficaram nas mãos das três principais operadoras do país: Petrobras, Shell e Statoil. Considerado um sucesso no mercado, o leilão mostrou ainda que as empresas não têm grandes problemas de trabalhar com o regime de partilha, que pode ser extinto se vingar a ideia manifestada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ).

Com direito de preferência exercido em três áreas, a Petrobras foi a protagonista das rodadas: arrematou metade dos blocos negociados nos leilões e desembolsará R\$ 1,14 bilhão em bônus. O presidente da estatal, Pedro Parente, classificou como "bem sucedida" a investida e afirmou que as aquisições estão dentro de seu planejamento financeiro. Ele não descartou, porém, a possibilidade de a empresa vir a ser carregada nos investimentos pelos "sócios de primeira grandeza", como Shell, Repsol Sinopec, BP e a China

National Oil and Gas Exploration and Development Corporation (CNODC), subsidiária da PetroChina.

"O que acontece é que a gente fecha a parceria para a realização do leilão e depois começam conversas complementares onde outras questões são discutidas. Essa questão [carregamento] pode vir a ser discutida, mas não há nada relevante", disse, após os leilões.

O resultado das rodadas mostrou ainda como é difícil antecipar a estratégia das petroleiras. A expectativa de que a ExxonMobil se tornasse operadora não se confirmou, ainda que a americana tenha sido uma das maiores pagadoras de bônus: R\$ 1,2 bilhão, por 40% da área Norte de Carcará, ao lado da Statoil e da Petrogal (subsidiária da Galp no Brasil).

A aquisição garante a estreia da Exxon no polígono do pré-sal - na 14ª Rodada de blocos exploratórios a empresa chegou a arrematar oito blocos com potencial para pré-sal, na Bacia de Campos, mas ainda não há descobertas confirmadas que indiquem a existência de recursos abaixo da camada de sal. A Exxon também tentou, nos leilões de sexta, comprar a área de Peroba, mas perdeu a disputa para o consórcio Petrobras/BP/CNODC, que ofereceu uma parcela de 76,96% da produção para a União.

Outras estreantes no pré-sal são a britânica BP (que está sem produzir no Brasil desde a venda de Polvo, para a PetroRio), a Qatar Petroleum e a CNODC (embora sua controladora, por meio da CNPC, seja sócia do projeto de Libra).

Os leilões do pré-sal contaram com 11 vencedores diferentes, entre as 16 habilitadas. Apenas a Ouro Preto Energia participou da rodada sem sucesso. Chevron, Petronas (Malásia) e a Ecopetrol (Colômbia) se inscreveram, mas foram as ausências notadas dos leilões - que confirmaram, ainda, o reforço da posição de figuras já presentes no pré-sal: Petrogal, China National Offshore Oil Company (CNOOC), Repsol Sinopec e a Total.

Petrobras foi a empresa protagonista das rodadas: arrematou metade dos blocos e desembolsará R\$ 1,14 bilhão em bônus

"Os leilões trouxeram saudável variedade de empresas que operam em águas profundas ao Brasil, que se reafirmou como um dos principais destinos de investimentos", diz o diretor de pesquisas da consultoria Wood Mackenzie para a América Latina, Horácio Cuenca.

Além da Petrobras, uma das participações mais agressivas foi a da Shell, que fortaleceu sua posição no pré-sal. A companhia, que já operava a área de Gato do Mato e não conseguiu adquirir nenhum bloco na 14ª Rodada, em setembro,

fez oferta por todas as seis áreas negociadas nos leilões e levou três, duas delas como operadora. Por essa participação vai pagar R\$ 332,5 milhões de bônus.

Com a investida bem-sucedida, a anglo-holandesa garantiu Sul de Gato do Mato, área adjacente à descoberta de Gato do Mato (bloco BM-S-54). A aquisição foi comemorada pelo presidente da Shell Brasil, André Araújo. Isso porque a compra vai acelerar o desenvolvimento da produção da descoberta original de Gato do Mato - projeto que estava parado desde que se descobriu que parte do campo se estendia para fora da concessão.

Araújo disse que a empresa pagou o valor que achou justo e entrou "onde achou que deveria entrar". Segundo ele, os blocos adquiridos foram uma aposta no Brasil que exigirá investimentos adicionais aos US\$ 2 bilhões que vai investir anualmente até 2020.

Sócia da Shell em Gato do Mato, com 20%, a Total, por sua vez, se limitou a manter o mesmo percentual na área unitizável (interligada a área já leiloadada e passível de exploração unificada). A Total concentrou sua participação nos leilões nesse único ativo - a francesa acaba de adquirir a Maersk, o que pode explicar a atuação tímida.

Na avaliação de uma fonte do governo, o fato de Exxon e Total não terem saído das licitações como operadores, se contrapõe ao sucesso de Petrobras, Shell e Statoil. Isso pode levar as concorrentes a serem mais agressivas nos leilões do ano que vem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner, André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Ágios elevados podem indicar alta lucratividade da região

Os percentuais de óleo destinados à União, nas ofertas apresentadas nos leilões do pré-sal, excederam a parcela destinada para a União pela produção futura de Libra, a única área até então leiloadada sob o modelo de partilha. Os ágios elevados sugerem que os preços mínimos da 2ª e 3ª rodadas poderiam estar baixos ou que a lucratividade do pré-sal é, de fato, alta.

Um fator que pode ajudar a explicar a disputa pelo pré-sal é a tendência de queda dos custos de operação na região. Em apresentação durante a OTC (Offshore Technology Conference) na semana passada, o diretor de exploração e produção da Shell, Andy Brown, disse que o preço de equilíbrio ("break even") de extração no pré-sal já está abaixo de US\$ 40 o barril. O presidente da

Petrobras, Pedro Parente, informou que o "break even" de Libra, que era de US\$ 80 por barril, está hoje em US\$ 33.

Quanto ao ágio dos leilões de sexta-feira, é difícil fazer comparações, porque o modelo de partilha é novo no país, e a única base de comparação é Libra, leilado em 2013 sem disputa, pelo preço mínimo, com o compromisso de entrega para a União de 41,5% do petróleo produzido. Esse total é obtido depois de deduzidos os investimentos, custos e royalties de 15%.

O que se viu na 2ª Rodada do Pré-sal, que ofertou campos já descobertos, é que a parcela da produção que caberá ao governo ficou na faixa de 52,8% - um ágio médio de 260%. No caso específico da área Entorno de Sapinhoá (maior ágio do leilão, de 673,69%), segundo fontes a par do assunto, a reserva que se estendia para fora do bloco é pequena, e o consórcio elevou o ágio praticamente para evitar a entrada de um novo sócio no projeto. O consórcio Statoil/Exxon/Petrogal, por sua vez, ofertou um ágio de 203,99% por Norte de Carcará.

Já o percentual para a União aumentou para 58,56% na 3ª Rodada, que ofereceu blocos para exploração sem descobertas e que tiveram ágio médio de 202% - puxado pelas duas áreas arrematadas pela Petrobras, já que a Shell levou seu bloco sem ágio.

Advogado de algumas grandes empresas que participaram do leilão, Giovani Loss, do escritório Mattos Filho, afirmou que, na avaliação das suas clientes, as áreas leiloadas na sexta-feira "eram as mais atrativas que o Brasil tinha para ofertar", o que segundo ele pode explicar os ágios.

Loss cita ainda que as expectativas de elevação dos preços do petróleo e as melhorias no modelo regulatório, como a redução do conteúdo local, a extensão do Repetro (regime aduaneiro especial) e o fim da operação única da Petrobras no pré-sal, também podem ter contribuído. "Tudo isso é uma conjuntura positiva", diz.

Diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone considera impreciso classificar as ofertas apresentadas em "caras ou baratas".

"Quando surgiram as discussões sobre se o pré-sal estaria caro ou barato, eu disse que o mercado é que ia dizer. Se me perguntar agora, depois do leilão, eu digo que Pau Brasil foi caro, pois ninguém comprou pelo preço mínimo", disse, se referindo ao um dos campos sem oferta na sexta. "O óleo lucro oferecido na partilha é um risco que a empresa pode tomar se for bem sucedida. Se não encontrar óleo, e tiver oferecido um óleo lucro elevado, ela não vai entregar

óleo nenhum. Se achar, os custos são recuperados e o que sobrar ela divide com a União", explica Oddone.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner, André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Fornecedores ainda preveem menos encomendas em 2018

Enquanto o governo comemora o sucesso do leilão do pré-sal como marco para a retomada dos investimentos na indústria petrolífera brasileira, a cadeia fornecedora acredita que a queda na demanda por bens e serviços, no Brasil, ainda não chegou ao fundo do poço. O pré-sal atrairá mais investimentos, mas apenas no médio e longo prazos. Para o ano que vem, a expectativa é que a atividade exploratória continue baixa no país.

Apesar se dizer "muito otimista com o futuro a médio prazo" depois dos leilões de partilha de sexta-feira, o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro), José Firmo, avaliou que a crise do setor de óleo e gás no Brasil ainda vai piorar antes de melhorar. Isso porque a retomada da atividade provocada pelas rodadas realizados este ano só acontecerá em quatro anos.

"O ano que vem será multicatastrófico", afirmou Firmo, que assistiu aos leilões realizados na sexta-feira. "No ano que vem vamos chegar ao fundo do poço", completou o presidente da entidade.

Firmo, que assumirá a presidência do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) no dia 1º de abril de 2018, usa como comparação a indústria automobilística para explicar porque a atividade do petróleo ainda vai piorar antes de melhorar. Ele lembra que as montadoras reagem mais rápido a incentivos, como a redução no IPI, enquanto as petroleiras demoram sete anos para começar a produzir petróleo depois de feita a descoberta.

"A atividade do petróleo funciona com sondas e poços. E como essas áreas ainda vão demorar para chegar nesse estágio [de contratação de serviços], o ano de 2018 pode ser o ano de mais baixa atividade de perfuração no Brasil em 30 anos", disse Firmo. "Convivemos com os erros por muito tempo e hoje é preciso celebrar e ver o que pode ser feito agora", ponderou.

Entre as saídas para reanimar o setor antes do início da produção do pré-sal, ele aponta a venda de ativos da Petrobras e o destravamento da produção em campos maduros, tanto em terra como no mar. "Hoje estamos construindo o

futuro e vamos celebrar por um dia. Depois precisamos trabalhar o curto prazo. E não se esqueça que o ano que vem é ano de eleições", disse Firmo.

Estudo da Abespetro aponta que para cada US\$ 1 bilhão investidos no setor, aproximadamente 25 mil empregos diretos e indiretos são criados. Segundo ele, o freio dos investimentos da Petrobras foi sentido pelos fornecedores, que viam um horizonte à frente sem novas encomendas.

O número de empregados no setor, que era de 836 mil pessoas em 2013 caiu para 464 mil em 2017 e a projeção era de que o número piorasse, chegando a 328 mil pessoas empregadas em 2020. Agora o governo estima que os leilões impulsionem R\$ 100 bilhões em investimentos ao longo do período de concessão e outros R\$ 400 milhões com a arrecadação de imposto de renda, royalties e participação especial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Usiminas segue em recuperação no 3º trimestre, mas ações caem

Apesar de seguir no trilho da recuperação operacional, a Usiminas tropeçou no resultado do terceiro trimestre, em relação ao segundo. A compressão das margens e a revelação de que desistiu do último aumento de preço fizeram as ações da companhia caírem na sexta-feira.

Maior alta do Ibovespa, principal índice da B3, durante boa parte do ano, os papéis preferenciais classe A da siderúrgica mineira caíram 6,65% na sexta, para R\$ 9,13. Na mínima do dia, de R\$ 8,85, chegaram a recuar 9,5%. Mesmo assim, ainda acumulam valorização de 122,7% em 2017.

Sérgio Leite, presidente da companhia, ressaltou que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) acumulado em 12 meses atingiu R\$ 1,97 bilhão. "A Usiminas volta, neste momento, ao patamar que estava antes da crise que sofreu."

Na teleconferência, contudo, revelou que o último aumento de preços, que valeria para a distribuição em outubro, foi abandonado. Esse foi um ponto-chave para a queda das ações. Mesmo assim, o preço médio deve subir 2% no quarto trimestre, ante o terceiro.

Ao **Valor**, ele afirmou que a concorrência da importação no Brasil não assusta tanto - principalmente em galvanizados, onde controla boa parte do

fornecimento a montadoras - e que tem perspectiva de engordar os resultados em 2018 com minério de ferro.

Em apenas um ano, a realidade da companhia mudou completamente, após o alongamento da dívida e um aumento de capital. Além disso, o mercado de aços planos, segmento no qual é líder, começou a se estabilizar e apontar para alta desde o fim de 2016. Enxugamento dos custos e reajustes de preço do aço, seguindo o comportamento internacional, ainda impulsionaram a rentabilidade.

Segundo o balanço, o lucro líquido atribuível a controladores do terceiro trimestre foi de R\$ 76,9 milhões. Nos mesmos meses do ano passado, ela havia apresentado prejuízo de R\$ 114,1 milhões. A receita líquida subiu 20,8%, para R\$ 2,74 bilhões, e o Ebitda ajustado cresceu 47,5%, para R\$ 452,8 milhões.

A dívida líquida da siderúrgica foi controlada, terminando setembro em R\$ 4,72 bilhões. A alavancagem, ou quantos anos de Ebitda cobrem o endividamento líquido, foi de 2,8 vezes - menor patamar desde 2015.

Leite revelou também que a Usiminas vai amortizar cerca de R\$ 900 milhões em dívidas até janeiro. "É uma mensagem positiva para o mercado, de solidez e capacidade de honrar compromissos", disse o executivo, que considera ainda haver espaço para acelerar a desalavancagem.

"Depois de uma série de resultados fortes em 2017, temos que admitir que as coisas estão melhorando no lado operacional e que a alavancagem está caindo", escreveram em relatório os analistas do J.P. Morgan. O BTG Pactual, no entanto, publicou análise dura sobre os números, os quais chamou de uma espécie de retorno à realidade.

Os analistas do BTG elogiaram a normalização de rentabilidade e a virada operacional do grupo, mas alertaram para o otimismo exacerbado dos investidores. "Por meses, argumentamos que a ação se antecipou aos fundamentos", lembra o relatório. "Em um dado momento, o mercado parecia levar em conta que a Usiminas é a siderúrgica mais rentável do mundo. Em nossa visão, isso desconsidera a realidade."

Isso porque houve queda em relação aos números do segundo trimestre - reforçados, na época, por mais de R\$ 200 milhões de um acordo com o Porto Sudeste. A margem Ebitda ainda passou de 29% para 17%, com um avanço nos custos. No quarto trimestre, revelou Leite, a expectativa é de estabilidade nos custos.

Além disso, a empresa quer manter mais de 1 milhão de toneladas de aço vendidas. O executivo estima que, por conta da sazonalidade, o mercado

interno pode piorar, mas as exportações vão subir, elevando o volume comercializado nos últimos três meses de 2017. **(Colaborou Lucinda Pinto)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Investidores miram usina São Fernando

A derrocada de uma parte das usinas sucroalcooleiras do Centro-Sul do país nos últimos anos não é uma má notícia para todo mundo. A cada pedido de recuperação judicial ou falência decretada, uma oportunidade de negócio é criada, e já há especialistas nesse "mercado". É o caso de um grupo de investidores capitaneado pelo economista Winston Fritsch, que já tem centrado foco em empresas que estão protegidas na Justiça contra credores e que, agora, aposta suas fichas na aquisição da massa falida da Usina São Fernando, que pertencia aos filhos de José Carlos Bumlai, implicado na Lava-Jato.

Junto com Fritsch, que depois de se notabilizar por integrar a equipe que criou o Plano Real ingressou no mercado financeiro, estão também Rodrigo Aguiar, que presidiu a Tonon Bioenergia e trabalhou em bancos, e Paulo Vasconcellos, também do mercado financeiro e fundador da Energias Renováveis do Brasil. Outros investidores com familiaridade com a área de commodities também demonstraram interesse em integrar o grupo.

Há duas semanas, o trio propôs, por meio do veículo de investimento Pedra Angular, adquirir a São Fernando, em Dourados (MS), por R\$ 890 milhões. O valor seria pago em 20 anos. A proposta foi apresentada à Justiça após o leilão da usina fracassar por falta de lances. A Pedra Angular pretende financiar "parte relevante" da aquisição com capital próprio dos investidores, afirmou Aguiar em entrevista ao **Valor**. Se a oferta da Pedra Angular for aceita, o executivo presidirá a São Fernando.

Essa não é a primeira tentativa do grupo de sócios de adquirir uma usina em dificuldade. Em agosto, eles se habilitaram para participar do leilão da usina Revati, em Brejo Alegre (SP), da indiana Renuka do Brasil, que está em recuperação judicial. No entanto, o grupo não chegou a elaborar uma proposta, já que o leilão foi suspenso após recurso do BNDES.

"Temos olhado para várias oportunidades e sempre acompanhamos a Usina São Fernando. Com a falência, vimos uma oportunidade", afirmou Aguiar. No caso da Usina Revati, o trio ainda avalia a possibilidade de participar da disputa caso seja marcado um novo leilão. Aguiar e seus sócios estão envolvidos em outras quatro negociações de usinas em situação semelhante.

A proposta desenhada para a Usina São Fernando prevê um montante que atenda a todos os credores, mesmo considerando a perda de valor dos pagamentos ao longo do tempo, disse Aguiar. Seriam pagos R\$ 28 milhões anuais até o quinto ano e 15 parcelas de R\$ 50 milhões do sexto ano em diante.

Considerado o valor nominal de R\$ 890 milhões, o múltiplo da transação seria de quase R\$ 200 por tonelada de cana de capacidade instalada (a usina tem capacidade para processar 4,5 milhões de toneladas por safra). Porém, o valor presente da oferta deve ficar bem abaixo de R\$ 450 milhões (R\$ 100 por tonelada), conforme cálculos de fonte ligada ao setor. Para efeito de comparação, a aquisição de duas usinas da Tonon pela Raízen Energia saiu por R\$ 144,40 a tonelada, e a da Unialco pela Glencore, por R\$ 133,50 a tonelada, conforme levantamento da Pantalica Partners.

Além do valor para a aquisição, a Pedra Angular também calcula que terá que desembolsar R\$ 200 milhões para investir no plantio e em máquinas agrícolas. Atualmente, a fazenda da São Fernando possui uma área com 1,3 milhão de toneladas de cana, além de contratos com fornecedores que lhe garantem mais 700 mil toneladas. Já a estrutura industrial, cujo mix de produção entre açúcar e etanol é considerado flexível, não precisaria de aportes.

O retorno pode vir rápido. Aguiar estimou que a usina possa gerar receita de R\$ 250 milhões no primeiro ano e tenha potencial para faturar mais de R\$ 500 milhões. Pesa a favor do negócio a cogeração, que diante dos preços atuais de energia geraria R\$ 80 milhões, de acordo com ele.

O grupo quer que a oferta seja aceita o mais rápido possível pela Justiça para ter tempo para preparar a unidade para a próxima safra, que começa oficialmente em abril. Mas o juiz também tem a opção de convocar um novo leilão, como quer o BNDES, agora se dispõe a financiar aportes de interessados.

MME / ASCOM .